

**16. CONTRATO DE EMPREITADA – TRABALHOS DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DO BAIRRO DE SANTA TECLA E ESPAÇO ENVOLVENTE:**

Submete-se ao Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, alínea ccc) do nº. 1, do artº. 33º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro a assunção do compromisso plurianual associado ao contrato de empreitada identificado em epígrafe.

Tem Informação da **DPCG**, que se anexa.

## PARECERES/INFORMAÇÕES

## DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

18/09/14

O Presidente da Câmara Municipal,

  
Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG038

DATA: 13/09/2018

## ASSUNTO:

Contrato de empreitada – Trabalhos de Reabilitação Integral do Bairro de Santa Tecla e Espaço Envolvente

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

A Câmara Municipal de Braga aprovou, na sua reunião de 3 de julho de 2017, o contrato a celebrar entre este município e a Bragahabit – Empresa Municipal de Braga, EM, para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes que tem por objeto a Reabilitação Integral do Bairro Social de Santa Tecla e do Espaço Público Envolvente.

No seguimento do mencionado contrato de agrupamento de entidades adjudicantes, e na sequência do concurso público destinado à formação de um contrato de empreitada que tem por objeto a execução de trabalhos de Reabilitação Integral do Bairro Social de Santa Tecla e Espaço Envolvente, foi celebrado, em 20 de julho de 2018, com a empresa Joaquim Peixoto Azevedo & Filhos, Lda., o contrato para a execução da mencionada empreitada, pelo prazo de 550 dias, prevendo-se o início dos trabalhos em 1 de outubro de 2018, pelo valor de 3.757.448,85 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo a comparticipação municipal de 1.044.992,77 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



Importa sublinhar que, a presente empreitada encontra-se inscrita no Plano Plurianual de Investimento para 2018 do Município de Braga, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29 de dezembro de 2017, com a dotação previsional para 2018 no montante de 1.213.000 euros.

Com efeito, aquando do processo de preparação e elaboração dos documentos previsionais, o planeamento efetuado apontava para que a obra fosse iniciada e concluída no exercício de 2018, no entanto, verifica-se agora, fruto do deslizamento temporal verificado tendente à conclusão do processo administrativo, financeiro e de contratação pública, a necessidade de reajustar, de acordo o cronograma de trabalhos adjudicado, os encargos para os anos seguintes.

Assim, face ao sumariamente descrito, cumpre-me informar o seguinte:

1. Considerando o disposto na alínea c) do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) que estipula que, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia por parte Assembleia Municipal.
2. Considerando que o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, esclarece que, para efeitos da aplicação da norma anterior, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.
3. Considerando que a mencionada empreitada encontra-se inscrita nas Grandes Opções do Plano para 2018, aprovadas pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2017, mas, sem qualquer previsão de encargos para os anos seguintes (2019, 2020).
4. Considerando que, de acordo com o cronograma de trabalho adjudicado, o prazo global para a execução integral dos trabalhos de empreitada é de 550 dias, prevendo-se que o início dos trabalhos acontece em meados do mês de outubro próximo, e a sua conclusão apenas em 2020.

**Propõe-se:**

De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Braga delibere submeter à Assembleia Municipal de Braga, para autorização por este órgão deliberativo, a assunção do compromisso plurianual associado ao

contrato de empreitada identificado em epígrafe, tendo por base a seguinte repartição de encargos:

Encargos Plurianuais	Valor c/ IVA	Código/Designação Projeto
2018 (3 meses)	67.803,29€	07.07010405 - 2017/41-3
2019	983.961,58€	
2020	55.927,47€	
<b>Total</b>	<b>1.107.692,34€</b>	

À consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sandro Louro

# CONTRATO DE EMPREITADA

Reabilitação Integral do Bairro Social de Santa Tecla e espaço envolvente

entre

**Primeiros:** Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M., com sede social na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424, Braga, pessoa coletiva n.º 504537784, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número 4/EM, com o capital social de € 12.500.000,00€ (Doze milhões e quinhentos mil euros), neste ato representada por Vítor Manuel Esperança Ribeiro, na qualidade de Administrador Executivo, com poderes para obrigar, que intervém igualmente em representação do Município de Braga, pessoa equiparada a pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município 4704-514, legitimidade que advém do contrato que constituiu, entre estes outorgantes, um agrupamento de entidades adjudicantes, nos termos do disposto no artigo 39.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, celebrado em 18 de julho de 2017 e anexo ao presente,

*doravante identificadas simplesmente por «Dono da Obra»;*

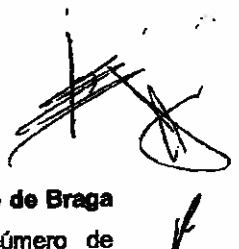
e

**Segunda:** Joaquim Peixoto Azevedo & Filhos, Lda, com sede social na Rua de Longras n.º 44, 4730-360 União de Freguesias da Ribeira do Neiva, pessoa coletiva n.º 502 244 585, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde sob o mesmo número, com o capital social de €750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil euros), aqui representada por António Leitão Azevedo e Rui Manuel Leitão Azevedo, na qualidade de sócios-gerentes, com poderes para obrigar;

*doravante identificada simplesmente por «Empreiteiro»*

**Considerando que:**

- a) Por decisão das entidades adjudicantes, o Município de Braga e a Bragahabit, em 18 de Julho de 2017, e 22 de Novembro de 2017, respetivamente, promoveu-se o Concurso Público de Empreitada CP 01/2017, destinado à formação de um contrato de empreitada cuja execução é do interesse de ambas;

- 
- b) A despesa resultante do presente contrato de empreitada para o **Município de Braga** encontra-se por este cabimentada na rubrica **07010405** e tem o número de compromisso **34151**;
  - c) A despesa resultante do presente contrato de empreitada para a **Bragahabit** encontra-se por esta cabimentada na rubrica **070102** e tem o número de compromisso **2018.07/00020**
  - d) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação da Proposta*, por decisão das entidades adjudicantes, o **Município de Braga** e a **Bragahabit**, em 21 de Dezembro de 2017, e 10 de Janeiro de 2018, respetivamente, foi adjudicada ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento;
  - e) A minuta do contrato foi aprovada pela decisão do Administrador Executivo da Bragahabit em 13 de Julho de 2018;
  - f) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;
  - g) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;

***É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.***

#### **Artigo 1.º**

##### **(Objeto do contrato)**

1.- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos de **Reabilitação Integral do Bairro Social de Santa Tecla e espaço envolvente**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Os trabalhos de empreitada desenvolver-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.

## **Artigo 2.º**

### **(Local da obra)**

Os trabalhos de empreitada serão executados na cidade de Braga, mais concretamente Bairro Social de Santa Tecla e espaço envolvente, melhor identificado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando b).

## **Artigo 3.º**

### **(Preço contratual)**

- 1.- O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de € 3.757.448,85 (três milhões setecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos)
- 2.- O IVA será liquidado à taxa e nos termos legalmente em vigor.

## **Artigo 4.º**

### **(Condições de pagamento)**

A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos e da revisão de preços são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.

## **Artigo 5.º**

### **(Prazos de execução da empreitada)**

O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de 550 (quinhentos e cinquenta) dias de calendário contados da data da consignação da obra, prevendo-se o início dos trabalhos em 01 de Outubro de 2018 e a conclusão dos mesmos cumprido que esteja aquele prazo.

## **Artigo 6.º**

### **(Caução)**

- 1.- O empreiteiro garante, por caução, o bom e tempestivo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato, em montante correspondente a 5% do preço contratual.
- 2.- O empreiteiro prestou caução no valor € 187 872,44 (Cento e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos, mediante garantia autónoma n.º 962 300 488 024 504 emitida pela entidade Bancária, Banco Santander Totta S.A, à primeira

solicitação, com exclusão do IVA, de harmonia com os modelos anexos ao regulamento do procedimento.

## **Artigo 7.º**

### **(Comunicações e notificações)**

1.- As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 488.º do *Código dos Contratos Públicos*, os, aqui, outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:

- a) Dono da obra: [info@bragahabit.pt](mailto:info@bragahabit.pt); Endereço: Rua D. Paio Mendes n.º 51, 4700-424, Braga
- b) Empreiteiro: [geral@jpaconstrutora.com](mailto:geral@jpaconstrutora.com); Endereço: Rua de Longras n.º 44, 4730-360, União de Freguesias da Ribeira do Neiva

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

3.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

## **Artigo 8.º**

### **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

1.- O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.- Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.

3.- O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam



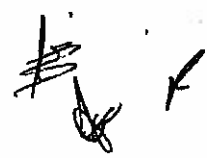
transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.

4.- No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5.- O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6.- O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente pública única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.



7.- O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8.- Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.

9.- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

#### **Artigo 9.º**

##### **(Invalidade parcial)**

Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.

#### **Artigo 10.º**

##### **(Foro competente)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

1.- Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro.

2.- Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.

#### **Artigo 12.º**

##### **(Vigência)**

1.- O presente contrato entra em vigor na data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.

2.- A **Bragahabit**, na sua condição de representante do agrupamento de entidades adjudicantes para efeitos de condução do procedimento de formação do presente contrato e da gestão da sua execução, submeterá, em nome próprio e em representação do **Município de Braga**, o presente contrato à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.


*Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em 17 de Julho de 2017 ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.*


Braga, 20 de Julho de 2018.

Pelo Dono da Obra,

  
\_\_\_\_\_  
(Vítor Manuel Esperança Ribeiro)

Pelo Empreiteiro

  
\_\_\_\_\_  
(António Leitão Azevedo)

  
\_\_\_\_\_  
(Rui Manuel de Leitão Azevedo)



Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Compromisso**

N.Seq.: 34151

**CONTR.: STA TECLA/2018**

Serviço Requisitante: 70 Dir. M. Obras Serviços Municipais

Cabimento prévio: DOC.GENER: BairroST.Tec/2017

Contrato:

Entidade: 20987 Joaquim Peixoto Azevedo & Filhos Lda

NIF: 502244585

Orgânica: 07 Obras e Serviços Municipais

Económica: 07010405 Parques e jardins

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

2017/41 REGENERAÇÃO URBANA

Acc.: 3 Requalificação de espaços públicos no Bairro de Santa Tecla

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
13/07/2018	13375	67 803,29				67 803,29		REABILITAÇÃO INTEGRAL DO BAIRRO SOCIAL DE SANTA TECLA
13/07/2018	13376					67 803,29	983 861,58	
13/07/2018	13377					67 803,29	55 827,47	

ANEXO III

5

Câmara Municipal de Braga  
**Comprovativo de Fundos Disponíveis**

AVEN VII

N.Seq.: 34151

**CONTR.: STA TECLA/2018**

Serviço Requisitante: 70 Dir. M. Obras Serviços Municipais

Entidade: 20967 Joaquim Paixoto Azevedo & Filhos Lda

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes			Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)	
		F. Disponível	Valor	F.Disp após	2019	2020		2021
13/07/2018	julho	10 451 899,35	67 803,29	10 384 096,06				
13/07/2018	janeiro	0,00		-983 961,58	983 961,58			
13/07/2018	janeiro	0,00		-55 927,47		55 927,47		

11